

**Lidas novamente... A escrita de cartas como  
prática do governo colonial (século XVIII)**

Adriana Angelita da Conceição – PPG-UFSC

A *Ars Dictaminis* – a arte de escrever cartas – para o estudo da História, é uma temática bastante conhecida pelos pesquisadores. O que apresentamos como discussão, neste artigo, são cartas que se deslocam, *em partes*, do meio privado, por serem classificadas pela historiografia como fontes oficiais, cartas de caráter político-administrativo. Correspondências que envolveram o enredo da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, em 1777. O objeto empírico não é inédito e há muito tempo vem sendo usado pela historiografia como fonte de pesquisa, na análise de fatos e na busca de erros, acertos, planos táticos militares, traidores, inocentes, as quais envolveram a invasão da Ilha.

Não estamos negando essa importante abordagem em que as cartas foram e são utilizadas pela historiografia para dar indícios dos fatos ocorridos no passado. O que propomos é uma reflexão que possibilita às cartas, uma posição que as diferencia em sua abordagem como fonte e uma análise que as coloca como sendo o próprio tema da História.

O uso de cartas, como fonte de pesquisa, tem sido uma prática que acompanha as discussões relacionadas com o espaço público/privado. A partir do século XVIII, com o crescimento da alfabetização, conseqüentemente verificou-se uma ampliação das práticas de escrita e de leitura, como bem estudou Roger Chartier. Dessa forma, presenciou-se o crescimento de uma escrita pessoal, a representação de si transformada em objeto escrito, ligados à idéia de concepção do individualismo moderno.

As práticas de escrita, recentemente, vêm sendo enfocadas pelos historiadores como objeto de pesquisa, em si mesmas. As escritas particulares, na constituição de sujeitos participativos da vida pública ou não, têm merecido atenção especial nas investigações. Sabemos que as cartas, há muito, são utilizadas pelos historiadores como fonte de pesquisa, porém os atuais enfoques colocam-nas como o próprio tema e objeto de pesquisa. Tal posicionamento, segundo Gomes, requer mais investimentos na utilização e

na análise das cartas, culminando assim em uma maior atenção às questões teórico-metodológicas<sup>1</sup>.

Diferentes usos metodológicos têm sido observados na historiografia que utiliza correspondências como o próprio tema e objeto de pesquisa. Alguns historiadores têm estudado as cartas como elas mesmas sendo um lugar de memória.

As cartas – metodologicamente – como tema da História, também têm sido analisadas dentro do que se denominou chamar de uma *escrita de si*, quando indivíduos, no meio privado ou não, começam a produzir uma memória de si, através da prática da escrita.

Nosso objetivo, dentro da reflexão aqui proposta, não é ignorar os dados que nos contam as correspondências analisadas. Apenas tentaremos compreender as relações que envolveram a sociedade de corte, nas relações entre metrópole e colônia, através dessa prática de escrita. Prática, que antes de externar fatos, está inserida em regras de um determinado regime que, no nosso caso, trata-se do período colonial.

Pode-se perguntar como as cartas públicas de cunho oficial, de uma situação específica de guerra têm relação com uma metodologia historiográfica que deu um *novo* lugar para as correspondências dentro da pesquisa histórica. Essa relação está em uma escrita de si dentro de uma prática de escrita que constituía e fazia parte do cotidiano colonial de uma sociedade de corte, revelando uma prática de governo, sentimentos setencionistas de um império luso enfrentando grandes mudanças que iam desde o trono até os novos modos de ensinar a língua portuguesa.

As correspondências oficiais acompanharam as mudanças do contexto em que estavam inseridas – mudanças em questões políticas, econômicas e sociais, ressaltando-se as reformas educacionais e as discussões que acompanharam os teóricos epistolares do século XVIII. Concordamos com o estudo realizado por Alcir Tecora, com cartas jesuítas, o qual assinala que “as cartas não testemunham, nem significam nada que a sua própria tradição e dinâmica formal não possa acomodar. Bem ao contrário, os conteúdos mais complexos, (...) são funções estritas dessa acomodação histórica do gênero”<sup>2</sup>.

Falar de Portugal, neste momento de mudanças, remete-nos a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. No enredo da invasão da Ilha, a coroa lusa pertencia a D. José I (1750-1777), durante o seu reinado, após o terremoto de Lisboa (1775), o marquês de Pombal recebeu autoridade completa do rei para *governar* Portugal.

Essas discussões e reformas entre os lusos acompanhavam as idéias iluministas em que a razão era indiretamente soberana.

De certo modo, o antijesuitismo ilustrado dos países católicos justifica-se, no nível ideológico, como sendo o produto de uma razão humanitária que pretende subordinar a si, na pessoa do príncipe, a administração, a justiça, a assistência e a educação, em nome da utilidade e da felicidade públicas.<sup>3</sup>

Dentre os variados motivos que envolveram o antijesuitismo, o importante aqui é a desvinculação do monopólio na educação.

No embate com a Companhia de Jesus, a Congregação dos Oratorianos foi uma grande aliada do governo pombalino. Desde sua fundação, o envolvimento da congregação com o poder político era uma prática constante e na maioria, eram adversários dos jesuítas, principalmente no que dizia respeito aos debates pedagógicos. Com a expulsão dos jesuítas, foram os oratorianos que preencheram as lacunas no ensino.

As ações administrativas de Pombal merecem um estudo mais aprofundado o que foge aos objetivos deste artigo. Realizamos, apenas, uma rápida abordagem das questões complexas da política pombalina, para chegarmos aos teóricos das reformas educacionais.

Os estudos da epistolografia portuguesa reconhecem como o primeiro teórico das missivas do século XVIII o oratoriano Francisco José Freire que, em 1745, publicou a obra *Secretário Português Compendiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*, que foi de grande repercussão e passou por várias reedições, trazendo para Portugal as idéias já discutidas em outras partes da Europa.

Nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. (...) Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário.<sup>4</sup>

Tão brevemente, um outro oratoriano, Luís António Verney, grande crítico da obra de Francisco, desvalorizando-a e apontando-a como pouco criteriosa, publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar*<sup>5</sup>.

Logo no início de sua obra, Verney atribuiu grande importância para a escritura de cartas, em que “o assunto aparecia relacionado a um novo plano de estudos da língua portuguesa”<sup>6</sup>. A publicação do *Verdadeiro*, apontada por alguns autores como o início da ruptura com o Barroco, proporcionou um impacto salutar em Portugal, iniciando a ilustração como movimento político e intelectual. Para Falcon, a importância da obra de Verney “reside não propriamente no seu ‘conteúdo’, mas no seu espírito que as comanda e na ruptura que representam; aspectos esses que, nem sempre, têm sido devidamente ressaltados”<sup>7</sup>.

Os *manuais* que indicavam as melhores formas de escrever cartas foram se apresentando como instrumentos para uma certa política de escritura, acompanhando as novas propostas para os estudos de gramática e retórica. Tais propostas acompanhavam o conjunto de práticas de civilidade, tendo como produto exemplar

os diversos manuais destinados a ensinar as boas maneiras, os tratados epistolares e as cartas, que vieram a contribuir a constituição e expansão da chamada civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou, o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita.<sup>8</sup>

Para entendermos um pouco do contexto em que as cartas se inscreveram, antes de abordá-las como prática de um governo e centrarmos-nos justamente nesta abordagem, falaremos agora da invasão na Ilha.

O porto da Ilha de Santa Catarina era reconhecido como um dos melhores da região e as fronteiras da América Meridional eram ponto de conflito entre os ibéricos. Corriam notícias de que a Espanha enviaria uma esquadra para o sul da América. Os portugueses com mais aparatos bélicos e com fortalezas restauradas, preparavam-se para esperar a comentada expedição espanhola comandada por D. Pedro Antonio de Cevallos.

Em fins de fevereiro de 1777, a esquadra espanhola, com mais de cem embarcações, foi avistada. Tudo estava preparado, porém, tiros, tanto lusos como

castelhanos, não foram ouvidos. Através de acordos entre os oficiais maiores, a Ilha, de posse de D. José I, passou a ser território de D. Carlos III, rei da Espanha.

Os oficiais maiores portugueses foram levados por embarcações da Espanha para o Rio de Janeiro, onde foram mantidos presos, até que se apurassem os acontecimentos. Inquéritos militares foram realizados na tentativa de se entender o que tinha acontecido. Em outubro (1777) foi assinado o tratado de Santo Ildefonso que devolveria a Ilha para os portugueses, em troca da Colônia do Sacramento, o que só aconteceu em julho de 1778.

Porém, os acontecimentos não foram tão simples como parecem. Da intenção do ato a sua realização, muitas cartas, ordens, instruções e ofícios circularam entre os responsáveis pelo funcionamento da colônia. Esse circuito comunicativo produziu uma extensa massa documental que é o objeto empírico aqui analisado.

Talvez nos seja difícil entender a grande importância das cartas para o governo colonial. Atualmente, a carta, como meio de comunicação, vem perdendo seu espaço, tomado pelo advento da comunicação eletrônica. Contudo, sem as cartas do século XVIII não podemos imaginar a relação que se estabeleceu entre metrópole e colônia. Para as práticas coloniais, as cartas levaram a voz do soberano para os lugares mais recônditos do território ultramar.

Norbert Elias, em seu estudo *A Sociedade de Corte*, diz-nos que

ao ter seu reconhecimento como membro recusado pela 'boa sociedade' perdia-se a 'honra', perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal. De fato, era comum um nobre trocar sua vida pela 'honra', preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade.<sup>9</sup>

Agora daremos voz ao marquês do Lavradio, em carta enviada ao marquês de Pombal, para pensarmos essa idéia de Elias,

Eu não posso assegurar os nossos felices sucessos, porem o que me parece que posso certamente fazer a V. Exa., segundo o conhecimento que tenho (...) Não haverá um só Portuguez que não faça prodígios de valor, todos estão com tão boa vontade e tão rezolutos a darem a vida pela glória da pátria (...) se Deos continuar a abençoar-nos, fazendo cada um da sua parte o que deve, não conseguirão os Castelhanos o que dezejam.<sup>10</sup>

Em outra carta também enviada ao marquês de Pombal, Lavradio comenta:

... eu tenho muita esperança de que viremos a conseguir a destruição dos nossos inimigos, porque os animos dos vassallos de El-REY meu senhor, posso assegurar a V. Exa. que desde o último rapaz até ao homem mais velho, estão todos dispostos a fazerem os maiores esforços até ao ultimo instante da sua vida, por defender a Pátria e o credito da nação.<sup>11</sup>

Nas palavras do vice-rei, percebemos traços da sociedade cortesã. Mesmo diante da situação de provável perda da Ilha, em sua representação escrita, ele enfatiza os valores que importavam para os súditos – de uma identidade baseada na honra e na obediência e em que, acima de suas próprias vontades e vida, estava a honra que deveria ser exaltada.

Nas cartas aqui analisadas, encontramos marcas de representação de si mesmo, marcas que evidenciam sentimentos que se desejava ver reconhecidos. Nos manuais de civilidade para o comportamento mais adequado, as ostentações aos príncipes, cerimoniais que visavam a convencer os súditos das grandezas da coroa eram manifestadas.

Essa *nova* proposta de análise das cartas permite-nos falar da subjetividade envolvida. Gomes assinala que “o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”<sup>12</sup>.

Em 24 de fevereiro de 1777, o responsável militar pela Ilha, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, envia as seguintes palavras para Lavradio:

Esta carta foi começada esta manhã, e ainda agora que são dez para onze horas da noute a não posso expedir, por conta do Auditor não poder concluir as copias dos termos que se tem feito, e fica esta Parada prompta para se expedir logo que for possível; e como V. Exa. sabe o muito que padeço conhecerá o estado em que me acho, principalmente porque há cinco dias e noutes, que em todas ellas poderei ter dormido trez para quatro horas, e o que mais me custa é hir dando tão infelices noticias ...<sup>13</sup>

Nesse fragmento, independente do relato do governador ser verdadeiro ou não, podemos perceber as caracterizações de um homem preocupado com a honra do território que estava *correndo perigos*. Não interessa se o seu corpo estava cansado. O mais custoso é a notícia infeliz que ele estava enviando para o vice-rei. Mendonça estava representando seus esforços para alcançar o sucesso. Ele estava experimentando o cansaço físico que,

diante do território e da honra lusa em jogo, ficava em segundo plano. No entanto, o ato de ressaltá-lo evidencia os esforços dele como responsável militar pela Ilha.

Com subjetividade, as correspondências estão recheadas de sensibilidades dos homens setencionistas. E, de maneira perspicaz, fazemos uso das palavras de Pesavento, quando ela faz referência às sensibilidades no tempo.

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos<sup>14</sup>.

Acrescentamos que essas razões e sentimentos podem se materializar na escrita e, assim, na troca epistolar.

Na tradição de um mundo setencionista de razões e sentimentos, os administradores coloniais reservam para suas correspondências as sensibilidades da formulação de um mundo. Correspondências que produziram em seu tempo e que, por mais que fossem oficiais, as subjetividades desses homens não passaram despercebidas. Não passaram despercebidas para a tentativa – aqui pretendida – de olhar o sensível dos homens de corte. Eis o que relatava Lavradio, em 19 de março de 1777

Depois de penetrado o meu coração com este dolorozo golpe, animando-me de alguma forma com as cartas que recebi do General e Governador de Santa Catharina, da constancia em que estava aquella tropa e povo para defender-se; de esperar-me que ainda no cazo de se retirarem, o fizessem depois de uma vigorosa e regular rezistencia (digo) exemplar rezistencia (...). Eu confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que quando as li cuidei que o coração me reventava, e não sei como tenho forças para poder fazer a V. Ex.<sup>a</sup> uma similhante participação.<sup>15</sup>

Para refletirmos sobre as manifestações do Lavradio, diante do que ele achava ser a provável perda do território da Ilha, faz-se necessário fazermos as diferenciações de tempo. Como nos diz Pesavento, “captar as razões e sentimentos de uma temporalidade já escoada é ter em mente a alteridade do passado, com sua diferença de códigos e valores”<sup>16</sup>. As políticas de guerra e punição da sociedade atual são muito diferenciadas das que podemos perceber no século XVIII. Além de um território em perigo, era a honra de homens que estava envolvida: ser condenado por não preservar o território do rei poderia ser a maior

desonra e o fim de uma carreira militar. Se os militares não defenderam a Ilha por medo ou por *acertos políticos*<sup>17</sup>, isso não nos cabe aqui discutir, mas sim a expressão de um governante que *transpassa* a perda do território em sentimentos de dores para o seu próprio corpo, “... que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças ...”.

Após esse pequeno esboço para a pesquisa com cartas coloniais, denominadas como oficiais, procuramos trazer uma reflexão que valoriza essa fonte como tema de pesquisa. Tentamos esmiuçar das cartas uma *fonte que jorra* sensibilidades de outro tempo, pois

recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio.<sup>18</sup>

Nos rastros dos homens setencionistas, nesta pequena reflexão, procuramos tirar do silêncio o sensível e, de certa forma, *tentar calar* apenas o ouvir dos fatos revelados.

---

<sup>1</sup> GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: \_\_\_\_\_. (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 10.

<sup>2</sup> TECORA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Editora da USP, 2001. p. 18.

<sup>3</sup> FALCON, Francisco José Calazanas. **A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982. p. 135.

<sup>4</sup> MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.) **Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas**. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p.50.

<sup>5</sup> O *Verdadeiro Método de Estudar* foi um conjunto de cartas de âmbito extenso e variado. As primeiras ressaltavam a importância do ensino da Língua Portuguesa, dos estudos de Lingüística e de retórica, propondo normas e metodologias de ensino, ressaltando também os estudos de Física, Filosofia, Metafísica.

<sup>6</sup> MIRANDA, Tiago. Op. cit. p. 51.

<sup>7</sup> FALCON, Francisco. Op. cit. p. 331.

<sup>8</sup> GÓMEZ, Antonio Castilho. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002. p. 37.

<sup>9</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 112.

<sup>10</sup> Optou-se por manter a ortografia de época. Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. p. 276.

<sup>11</sup> Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 10 de março de 1777. Op. cit., p. 297.

<sup>12</sup> GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 15.

<sup>13</sup> Antonio Carlos Furtado de Mendonça para o Marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. Op. cit., p. 303-4.

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. p. 03. <http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acessado em 04/03/2004.

<sup>15</sup> Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 19 de março de 1777. Op. cit., p. 298.

<sup>16</sup> PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Op. cit., p. 04.

<sup>17</sup> No contexto da invasão da Ilha, a Europa era um palco de desacertos entre Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Para alguns pesquisadores, a invasão não pode ser desassociada do parentesco entre o rei da Espanha e a futura rainha lusa, que para promoverem a *paz* entre as coroas, teriam acertado as delimitações da América Meridional. Esta posição merece uma melhor argumentação, porém foge às pretensões deste artigo.

<sup>18</sup> PESAVENTO, Sandra Jatagy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. Op. cit., p. 09.